



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental**

Parecer nº 281/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0052518/2020-39

Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (RAS) nº 281/2020

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 22086635

PA COPAM Nº: 4866/2020

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR:	COSAGUA - Concessionaria de Saneamento Básico Ltda	CNPJ:	03.845.982/0001-00
EMPREENDIMENTO:	COSAGUA - Concessionaria de Saneamento Básico Ltda	CNPJ:	03.845.982/0001-00
MUNICÍPIO(S):	Paraguaçu	ZONA:	Urbana
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM):	LAT: 21°32'29.82"S	LONG: 45° 43'16.43"O	

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:	PARAMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
E-03-06-9	Vazão média prevista	Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário	2	0

**CONSULTORIA/RESPONSÁVEL
TÉCNICO:**

REGISTRO:

Engenheira Ambiental Laila Oliveira de Freitas	CREA 190463e ART 6334048	
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Jandyra Luz Teixeira - Analista Ambiental Geógrafa	1150868-6	
De acordo: Renata Fabiane Alves Dutra Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.372.419-0	



Documento assinado eletronicamente por **Jandyra Luz Teixeira, Servidor(a) Público(a)**, em 20/11/2020, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Fabiane Alves Dutra, Diretor(a)**, em 20/11/2020, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22086635** e o código CRC **303849C8**.



Parecer Único de LAS/RAS nº 281/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2020

Em 10/11/2020 a COSAGUA - Concessionária de Saneamento Básico Ltda formalizou na Supram SM o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS de n. 4866/2020, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sem a incidência de critério locacional, visando a regularização da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário – ETE, em operação desde 23/02/2007 e localizada no perímetro urbano da cidade de Paraguaçu.

A ETE tem vazão máxima prevista de 42,42 l/s.

A ETE da COSAGUA obteve Autorização Ambiental de Funcionamento, conforme PA n. 31285/2016/001/2016, emitida em 10/11/2016 e válida até 10/11/2020.

Ao analisar a regularização pretendida, a AAF já se encontrava vencida e neste interstício de tempo a ETE operou sem a regularização ambiental. Dessa forma deverá ser lavrado Auto de Infração.

A população urbana de Paraguaçu, conforme último censo (2010) é de 16.679 pessoas e a ETE atende a 100% destas.

Em consulta a plataforma de Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, IDE – SISEMA, o imóvel onde encontra-se instalada a ETE localiza-se em Área de Influência do Patrimônio Cultural definida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG e de acordo com informações prestadas pela COSAGUA junto ao sistema SLA, a atividade desenvolvida não causa impacto negativo.

A ETE é constituída por: tratamento preliminar, com medidor de vazão, desarenador, gradeamento e bombeamento; tratamento secundário, com 3 Reatores UASB e 3 Filtros Anaeróbios.

O lodo é direcionado a leitos de secagem e quando desidratado, juntamente com os demais resíduos gerados, é encaminhado para destinação final em empresa devidamente regularizada.

O lançamento do efluente tratado é feito no Ribeirão do Carmo ou Córrego do Rosário.

Este parecer técnico não autoriza qualquer intervenção ambiental em área de preservação permanente e/ou supressão de vegetação nativa.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), **sugere-se a concessão** da Licença Ambiental Simplificada - LAS a **COSAGUA - Concessionaria de Saneamento Básico Ltda**, para a atividade: **“Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário”**, no município de **Paraguaçu**, pelo **prazo de 10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nos **ANEXOS** deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para a LAS de COSAGUA - Concessionaria de Saneamento Básico Ltda – Estação de tratamento de esgoto sanitário

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM Sul de Minas face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento de COSAGUA - Concessionária de Saneamento Básico Ltda – Estação de tratamento de esgoto sanitário

1. EFLUENTES LÍQUIDOS*

PARÂMETRO	UNIDADE	FREQUENCIA
DBO** (afluente e efluente)	mg/L	01 vez a cada 3 meses(trimestral)
DQO** (afluente e efluente)	mg/L	
Óleos e graxas	mg/L	
pH	-	
Sólidos sedimentáveis	mL/L	
Sólidos em suspensão totais	mL/L	
Vazão média mensal	L/s	

(*) Entrada e saída da ETE

(**) O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico.

Relatórios: Enviar **anualmente à Supram Sul, até o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do **§2º do Art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011**, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo **INMETRO** ou, na ausência delas no **Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA**, última edição.

2. CORPO HÍDRICO RECEPTOR

Para verificação das condições sanitárias e ambientais do corpo de água que recebe os efluentes da ETE, o corpo receptor deverá ser monitorado a montante e a jusante dos lançamentos, informando as coordenadas geográficas dos pontos de coleta e justificativa da distância adotada, de acordo com o programa apresentado a seguir:



PARÂMETRO	UNIDADE	FREQUENCIA
DBO	mg/L	01 vez a cada 3 meses (trimestral)
Oxigênio dissolvido	mg/L	
pH	-	
Substâncias tensoativas	mg/L	
Sólidos em suspensão totais	mg/L	
Turbidez	UNT	

Relatórios: Enviar **anualmente à Supram Sul, até o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do **§2º do Art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011**, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo **INMETRO** ou, na ausência delas no **Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA**, última edição.

3. RESÍDUOS SÓLIDOS

MONITORAMENTO	PRAZO
Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, emitida via Sistema MTR - MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre.	Conforme Art. 16º da Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.